

■ ONU

Discussões sobre a futura fase de avaliação da UNCAC têm continuidade em Viena

CGU avalia sistema anticorrupção de Santa Lúcia

■ OCDE

CGU participa de missão de alto nível ao Peru

■ OGP

CGU participa da Reunião Regional Ásia-Pacífico

NOTÍCIAS DA ASCOM

[Ministro da Controladoria-Geral da União abre Conexões Acadêmicas CGU - Edição Internacional](#)

[CGU participa de seminário internacional sobre integridade e prevenção à corrupção no Esporte](#)

[Conexões Acadêmicas CGU - Edição internacional debateu a importância e os desafios para a mensuração da corrupção e da integridade pública](#)

[CGU fortalece presença em reunião global da OCDE sobre confiança nas instituições públicas](#)

[DPIS/SE e SIPRI apresentam projeto desenvolvido em programa da OCDE](#)

[G20: Brasil participa de reuniões na África do Sul](#)

FOROS E REUNIÕES INTERNACIONAIS

OCDE

CGU participa de missão de alto nível ao Peru

Em 21 e 22 de janeiro de 2025, foi realizada a Missão de Alto Nível do Grupo de Trabalho sobre Suborno Transnacional, da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (WGB-OCDE), a Lima para discutir questões relacionadas à independência de juizes e promotores no Peru. A missão enfatizou a necessidade urgente de fortalecer a proteção desses profissionais contra possíveis interferências políticas, especialmente aqueles envolvidos em casos de corrupção de alto nível.

O Brasil participou ativamente da missão por meio da Controladoria-Geral da União (CGU), que tem desempenhado um papel fundamental na colaboração com iniciativas internacionais de combate à corrupção, e que configurou como país avaliador do Peru em sua fase 2 de avaliação. O auditor Leandro Pacheco, integrou a delegação, contribuindo para os

trabalhos da equipe.

Como resultado da visita a Lima, a OCDE expressou preocupação com relatos de pressões políticas e ameaças enfrentadas por membros do sistema judiciário peruano, ressaltando que tais ações comprometem a eficácia na luta contra a corrupção. O Grupo de Trabalho instou o governo peruano a implementar medidas robustas para garantir a independência e a segurança de promotores e juizes, assegurando que possam desempenhar suas funções sem medo de represálias ou influências indevidas.

A participação da CGU nessa missão demonstra o empenho do Brasil em apoiar iniciativas internacionais voltadas ao fortalecimento do Estado de Direito e à proteção de instituições responsáveis por combater a corrupção.

ONU

Discussões sobre a futura fase de avaliação da UNCAC têm continuidade em Viena

Entre 17 e 21 de fevereiro de 2025, o Grupo de Revisão da Implementação da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (UNCAC) se reuniu para dar seguimento à discussão sobre a futura fase de avaliação do Mecanismo de Revisão da Implementação (*Implementation Review Mechanism - IRM*), em Viena, Áustria.

Como explicado na edição anterior do Boletim CGU Internacional, o segundo ciclo de avaliação da UNCAC, iniciado em 2015, que abrange a análise dos capítulos II e V da

Convenção, tem seu fim previsto para junho de 2026. Por essa razão, o Grupo tem convocado sessões específicas para debater o formato da próxima fase, incluindo, dentre outros, o escopo e a sequência temática a ser seguida.

A Controladoria-Geral da União (CGU) vem acompanhando a discussão com interesse e tem contribuído para algumas definições fundamentais para a futura fase. Em especial, na importância de o escopo ser centrado no monitoramento de recomendações internacionais elaboradas nos ciclos anteriores.

A auditora Mônica Bulhões, da Assessoria Especial para Assuntos Internacionais, que representou a Controladoria na ocasião, reforçou esse posicionamento e defendeu a importância de a próxima fase contemplar um processo de report estruturado na qual os Estados Partes regulamente prestariam informações sobre o andamento das recomendações, de maneira a tornar o mecanismo mais efetivo.

Após a semana de ricos debates, é esperada nova sessão em junho, momento em que ocorrerá também a reunião do Grupo de Prevenção da UNCAC. Pretende-se avançar a discussão para se finalizar proposta da futura fase, que será apresentada na Conferência dos Estados Partes em dezembro.



ONU

CGU avalia sistema anticorrupção de Santa Lúcia

Entre 24 e 26 de fevereiro de 2025, o auditor Federal de Finanças e Controle da Assessoria Especial para Assuntos Internacionais (AINT), Adriano Freitas, participou de visita in loco à cidade de Castries, capital de Santa Lúcia, para obter mais informações sobre o sistema anticorrupção daquele País. Além da Controladoria-Geral da União (CGU), a Advocacia-Geral da União também designou o Advogado da União Lúcio Alves Angelo Júnior para participar da visita.

Brasil e Granada foram sorteados para avaliar Santa Lúcia no âmbito do Segundo Ciclo de Revisão da Convenção da ONU contra a Corrupção. Neste ciclo, avalia-se

a implementação dos dispositivos do Capítulos II (Medidas Preventivas) e V (Recuperação de Ativos) da Convenção.

A visita foi organizada pela Advocacia-Geral de Santa Lúcia, órgão que possui a função de ponto focal para avaliações internacionais anticorrupção, em parceria com o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC, na sigla em inglês), agência que exerce as funções de Secretariado da Convenção da ONU contra a Corrupção. No Brasil, a função de ponto focal para avaliações internacionais anticorrupção é exercida pela CGU, especificamente por meio da AINT.



Registro da visita in loco a Santa Lúcia

Para responder às indagações dos avaliadores, compareceram representantes de diversos órgãos de Santa Lúcia e internacionais, a saber: Comissão de Integridade; Comissão Eleitoral; Ministério das Finanças, Desenvolvimento Econômico e Economia Juvenil; Ministério do Serviço Público, Assuntos Internos, Trabalho e Questões de Gênero; Junta Central de Compras Públicas; Procuradoria-Geral de Santa Lúcia; Câmara de Comércio de Santa Lúcia; Autoridade Regulatória de Serviços Financeiros; Banco Central do Caribe Oriental; Suprema Corte do Caribe Oriental; Autoridade de Inteligência Financeira e Polícia Real de Santa Lúcia. Os avaliadores também tiveram a oportunidade de interagir com a sociedade civil do país.



Equipe de avaliadores do Brasil e de Granada, de Santa Lúcia (Estado avaliado) e representantes do UNODC

Após a visita, serão elaborados dois documentos: o Relatório de Avaliação (na língua inglesa, idioma oficial escolhido para a avaliação) e o Sumário Executivo, que será traduzido para os seis idiomas das Nações Unidas (árabe, chinês, espanhol, francês, inglês e russo) e divulgado na [página oficial do Mecanismo de Revisão da Implementação da Convenção da ONU contra a Corrupção](#).

EVENTOS

CONEXÕES ACADÊMICAS

Edição internacional da iniciativa é organizada pela Controladoria

Com transmissão pelo [Canal CGU no YouTube](#), no dia 11 de janeiro de 2025, o Conexões Acadêmicas CGU - Edição Internacional, promovido pela Diretoria de Estudos e Desenvolvimento da Integridade Pública, da Secretaria de Integridade Pública, reuniu os professores Paul Heywood (Universidade de Nottingham), Elizabeth David-Barrett (Universidade de Sussex) e Yuen Yuen Ang (Universidade Johns Hopkins) para debaterem sobre a importância, os desafios e os caminhos para a mensuração da corrupção e da integridade pública.

Durante a abertura, o Ministro da Controladoria-Geral da União, Vinícius de Carvalho, alertou sobre os riscos de confiança em indicadores tradicionais, comparando-os a “termômetros que podem não estar medindo corretamente a temperatura do paciente”. Na mesa-redonda moderada pela auditora Maria Fernanda Colaço Alves, os pesquisadores discutiram sobre as limitações dos indicadores tradicionais frente a necessidade de compreender a corrupção como um fenômeno multifacetado. Por sua vez, Yuen Yuen Ang apresentou o índice UCI (*Unbundled Corruption Index*), que permite não apenas comparar os níveis gerais de corrupção entre países, mas também identificar as estruturas de corrupção específicas de cada contexto sociocultural.

Ao longo do debate foram apresentadas diferentes perspectivas que mostram a diversidade de causas da corrupção, a complexidade em mensurá-la e até mesmo em defini-la. Paul Heywood destacou que a corrupção é um termo “guarda-chuva”, que engloba situações distintas que requerem múltiplas soluções e mensurações. Elizabeth David-Barret destacou que a grande quantidade de dados gera oportunidades e desafios para o acompanhamento da corrupção, mas também para a construção de narrativas por atores diversos. Já Yuen Ang reforçou a perspectiva dos demais, apontando para os perigos de uma visão monolítica da corrupção. Também destacou o risco de vieses em processos de mensuração, uma vez que existem diferenças de natureza entre os tipos de corrupção mais presentes nos países do sul e norte global, assim como diferenças nas agendas de qual formas de irregularidades combater.

A iniciativa Conexões Acadêmicas - CGU está alinhada com o Plano de Integridade e Combate à Corrupção, que reúne ações estratégicas para fortalecer a integridade pública no Brasil.



Registro da edição internacional do Conexões Acadêmicas – CGU

OCDE

CGU fortalece presença em reunião global da OCDE sobre confiança nas instituições públicas

No dia 14 de janeiro, a Controladoria-Geral da União (CGU) participou da primeira reunião do Global Trust Survey Project do ano, promovida pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). O evento contou com representantes de diversos países de todos os continentes, que compartilharam suas experiências e expectativas para as pesquisas globais de confiança em instituições públicas em desenvolvimento pelo organismo internacional.

Representando a CGU, estiveram presentes a Diretora da DEIP, Melissa Moraes; o Coordenador-Geral da CGDES, Otávio Castro; e os auditores da equipe Maria Fernanda Colaço Alves, Liliane Nascimento e Edward Borba, que atuam diretamente no projeto.

Durante a reunião, foram apresentados o cronograma da pesquisa global da OCDE, que terá início em 2025, e os avanços da pesquisa regional para a América Latina e Caribe (LAC Trust Survey).

[Acesse aqui](#) o texto da matéria.

OCDE

Programa Tech Connect - P2P Exchange viabiliza projeto desenvolvido pela Controladoria e a empresa Oracle

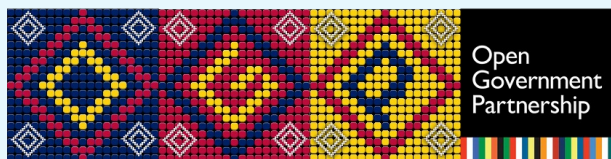
Servidores da Diretoria de Planejamento, Inovação e Sustentabilidade da Secretaria-Executiva (DPIS/SE) e da Secretaria de Integridade Privada (SIPRI) apresentaram, no dia 16 de janeiro, o projeto desenvolvido pela CGU com a empresa Oracle no âmbito do programa Tech Connect - P2P Exchange, promovido pela OCDE.

A apresentação ocorreu no evento OCDE Trusted Dialogue, realizado de forma virtual e que contou com mais de oitenta pessoas de diferentes países, representando instituições do setor público relacionadas ao combate à corrupção, universidades e executivos de compliance do setor privado.

Confira a matéria integral [aqui](#).

OGP

CGU participa da Reunião Regional Ásia-Pacífico



ASIA AND THE PACIFIC REGIONAL MEETING PHILIPPINES 2025

Nos dias 5 a 7 de fevereiro de 2025, teve lugar a [Reunião Regional Ásia-Pacífico da Open Government Partnership \(OGP\)](#) em Manila, nas Filipinas. O evento reuniu líderes governamentais e representantes da sociedade civil para impulsionar reformas, fortalecer a democracia e promover a transparência e a responsabilidade nos governos da região.

O Brasil, membro do Comitê Diretivo da OGP, marcou presença com a participação da Diretora de Governo Aberto e

Transparência, Flávia Schmidt. A reunião, organizada pelo Governo das Filipinas, proporcionou um espaço para troca de experiências e colaboração em políticas que visam um governo mais aberto e responsável.

Um marco importante do evento foi a expansão da comunidade OGP, com a adesão de novos membros nacionais e locais comprometidos com o governo aberto, como os governos de Maldivas e Timor-Leste. Nos próximos meses, esses novos membros se dedicarão à criação de reformas para promover o governo aberto em suas respectivas comunidades.

A programação da reunião incluiu discussões de alto nível, workshops e oportunidades de networking, permitindo a colaboração entre líderes governamentais e da sociedade civil. Os principais temas abordados foram:

- Estratégia de Engajamento Político do Comitê Diretivo (SC);
- Mecanismos de Accountability;
- Narrativas e Proposições de Valor;
- Estratégias para a Cúpula de Governo Aberto 2025;
- Formulação de Agenda para a Copresidência brasileira.

A participação do Brasil na Reunião Regional Ásia-Pacífico da OGP reforça o compromisso do país com a promoção da transparência, da participação cidadã e do governo aberto em nível global.